

Delfim desmente que dívida tenha aumentado

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, explicou ontem, que a ampliação de US\$ 2,6 para US\$ 3,8 bilhões dos débitos externos brasileiros renegociados com o Clube de Paris ocorreu pela inclusão das garantias de crédito concedidas pelas instituições dos governos que participam do organismo.

"A dívida não aumentou", reagiu Delfim, ao ser abordado ontem sobre a discrepância entre os números iniciais e finais da renegociação com o Clube de Paris.

O ministro acrescentou que o governo brasileiro havia incluído no montante de US\$ 2,6 bilhões apenas uma parcela das garantias de crédito. Mas as negociações conduzidas pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvão, em Paris, resultaram na inclusão de todos os tipos de garantias creditícias, ampliando o volume da dívida a ser rolada.

"Falta de conhecimento"

A diferença de US\$ 1,5 bilhão na negociação da dívida brasileira com o Clube de Paris, pode causar estranheza à primeira vista, mas a verdade é que "as autoridades brasileiras não tinham conhecimento da totalidade dos empréstimos que estavam garantidos pelos governos", disse ontem, em Paris, um dos negociadores europeus, segundo notícia veiculada pela Agência France Presse.

Esse resultado "assombrou" pela extensão da diferença entre as duas cifras, pois normalmente nas negociações do Clube de Paris acontecem diferenças entre os valores, mas nunca em tais extremos. A mesma fonte explicou que certos créditos registrados pelo Banco Central

não especificavam que contavam com a garantia governamental e, por isto, a cifra anunciada inicialmente era tão inferior à acertada ontem. Essa inexactidão dos dados explica-se — ainda segundo a mesma fonte — porque os créditos à exportação que formam a maior parte da soma negociada em Paris estão sujeitos a normas muito complexas e que diferem de um país para outro.

Nota oficial

Ao final da reunião o Clube de Paris entregou um comunicado à Imprensa, que em sua parte principal salienta:

"Os representantes dos países participantes foram sensíveis aos esforços de reequilíbrio feitos pelo Governo brasileiro e notaram com satisfação a adoção de um programa econômico e financeiro que se beneficiou do apoio de um acordo de facilidade ampliada do Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Os governos representados no Clube de Paris — continua o comunicado — "consideraram oportuno dar uma contribuição positiva à melhora das perspectivas de pagamentos externos do Brasil a fim de facilitar o reequilíbrio de sua economia. Dentro deste espírito, os representantes dos países participantes decidiram recomendar aos seus respectivos governos um reescalonamento importante da dívida externa brasileira que será aplicado aos pagamentos devidos a título dessas dívidas desde primeiro de agosto de 1983 até 31 de dezembro de 1984. O seu reembolso será feito pelo Governo brasileiro num período de quatro anos a partir de 1º de janeiro de 1989", conclui a declaração, sem dar maiores detalhes técnicos.